

FORMAS DE TRATAMENTO NUMA HISTÓRIA EM QUADRINHOS

Roberto Gomes Camacho¹

Resumo: A seleção de formas dêiticas de segunda pessoa e de nomes, títulos determina a atitude do falante na atribuição de valores de deferência ou familiaridade de acordo com a identidade social dos participantes e as circunstâncias sociais da interação. O objetivo deste trabalho é investigar essas formas de tratamento como reflexo da estrutura social, particularizada pela representação do domínio militar, que se caracteriza por ser uma organização fortemente hierárquica de poder e autoridade. O material de análise é uma seleção de 475 tiras de uma história em quadrinhos, intitulada *Zé, o recruta biruta*, também conhecido, em outras histórias, por *Recruta Zero*. O método de abordagem consiste no levantamento de todas as relações diádicas entre iguais e entre superior e subordinado, com as respectivas formas de tratamento que foram detectadas na interação verbal simulada, distinguindo-se, por um lado, dêiticos pronominais na função de sujeito e, por outro, nomes e títulos na função de vocativo, por outro. Os resultados mostram que relações simétricas requer o uso de formas recíprocas de tratamento enquanto relações assimétricas, o uso de formas não recíprocas. Algumas situações especiais violam as expectativas gerais previstas pelas regras normativas do domínio militar.

Palavras-chave: Formas de tratamento. dêixis. Pronome pessoal. Vocativo.

Abstract: The selection of deictic forms of second person and of names and titles determines speaker's attitudes in assigning values of deference or intimacy according to the social identity of the participants and the social circumstances of the interaction. This paper aims at investigating these forms of address as a reflection of social structure, particularly represented by the simulation of the military domain, which is characterized for being a strongly hierarchical organization of power and authority. The linguistic material analyzed is a sample of 475 comic strips from a translation of Beetle Bailey by Mort Walker. The method consists in statistical processing of all dyadic relations between equals and between superior and subordinate, with their respective forms of address, having been distinguished, on one hand, personal pronouns in the subject function and, on the other hand, names and titles in the vocative function. The results show that symmetrical relations yield the use of reciprocal forms of address and that asymmetrical relations yield the use of non-reciprocal forms. Some special situations violate the general expectation predicted by normative rules of the military domain.

Keywords: Form of address. Deixis. Personal Pronoun. Vocative.

¹ Professor Doutor do Departamento de Estudos Linguísticos e Literários do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista – Câmpus de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, Brasil, camacho@sjrp.unesp.br

Introdução

Todo sistema linguístico pressupõe uma relação de covariação entre o uso que dele se faz e os traços socioculturais da situação. Nesse caso, os membros de uma comunidade podem indicar sua atitude em relação a seus interlocutores através de vários processos. Dentre eles, é a alternância na seleção de formas dêiticas de segunda pessoa, nomes, títulos e a flexão pessoal de verbos, que determina se a atitude indica, de modo geral, deferência ou familiaridade de acordo com a identidade social dos participantes e as circunstâncias sociais da interação.

Buscando elucidar esse processo de atribuição, Howell (1965) analisa as diferentes formas de expressão de tratamento no coreano, tendo como material um conjunto de histórias em quadrinhos traduzidas do inglês. Mediante o levantamento de uma série expressiva de relações diádicas², que permite comparar, no discurso, a interação de indivíduos de diferentes posições sociais, o autor apresenta, como resultado, três paradigmas de formas correspondentes a três tipos de atitudes em relação ao interlocutor: familiar, polida e honorífica.

Inspirado em Howell (1965), o presente estudo tem também como objetivo a investigação da expressão dêitica como reflexo da estrutura social, particularizada pela representação de uma organização fortemente hierárquica de poder, que é como se manifestam as relações entre militares. Identifica-se com o trabalho de Howell (1965) num aspecto muito específico, que se resume ao material de análise: como o dele, trata-se aqui de uma seleção de 475 tiras de uma história em quadrinhos, intitulada *Zé, o Recruta Biruta*, também conhecido, em outras histórias, por *Recruta Zero*, uma tradução de *Beetle Bailey*, de autoria de Mort Walker. Essas versões em português foram editadas entre 1972 e 1974 pela Editora Saber. A de nº 17, de 1972, foi traduzida por Trips; a número 22, do mesmo ano, teve como tradutor Abel P. Carvalho, e as três restantes, 29 e 33, de 1973, e 36 de 1974, foram traduzidas por Fred Jorge.

Vale lembrar que o *Recruta Zero*, a história em quadrinhos que conta as aventuras de um soldado insubordinado, folgado e trapalhão, completou 64 anos em 2014 e é hoje ainda publicado em 1.800 jornais de mais de 50 países. Zero e seus parceiros divertem o leitor por identificar o serviço militar como um purgatório, repleto de sargentos sadomasoquistas e de

² O termo “relação diádica” se refere aqui aos dois polos da interlocução, o do falante e o do ouvinte, vistos, todavia, sob o prisma de suas diferenças sociais.

graduados hierárquicos fora da realidade, muitas vezes autoritários na caserna e subservientes na vida doméstica. São essas contradições que fazem da tira um sucesso de mídia.

Howell (1965) fornece indicações precisas da fidedignidade das traduções de sua amostra, com base na adequação, ao coreano, que dispõe de um sistema muito mais complexo de tratamento, das formas do inglês, praticamente nulas. Quanto ao nosso objeto de estudos, o critério é exatamente o mesmo. A gramática do Inglês não dispõe de uma alternância ao mesmo tempo dêitica e social entre *tu/você* e *o(a) senhor(a)* na posição sintática de sujeito, que, como se verá, identifica os interlocutores da tira na tradução do português. Fica, portanto, evidente que, na dependência dos resultados, os tradutores procuraram adaptar o tratamento ao sistema de formas previsto na gramática, com base na intuição que têm da competência comum dos usuários do português.

O método de abordagem consiste no levantamento de todas as relações diádicas entre iguais e entre superior e subordinado, com as respectivas formas de tratamento que foram detectadas na interação verbal simulada, distinguindo-se, por razões práticas, dêiticos pronominais na função de sujeito, por um lado, e nomes e títulos, na função de vocativo, por outro.

Uma função duplamente dêitica

Uma característica essencial dos dêiticos é comporem um paradigma relacionado à dimensão pragmática da linguagem, por instituírem uma relação de ostensão do texto para a situação do discurso, apontando para os elementos essenciais do processo de comunicação, os participantes e os elementos espaciais e temporais que configuram a situação do discurso.

Lembrando Benveniste (1976), a classe dos dêiticos pessoais teria o papel de converter a língua em discurso, um cálculo que tem tudo a ver com a vigência da dicotomia saussuriana língua e fala. Embora a rigor, o único conversor é o pronome *eu*, a conversão não pode dar-se como tal sem a projeção necessária de um *tu*. Ao mesmo tempo em que *eu*, assumindo o discurso, projeta um *tu*, associa a si, e conseqüentemente a *tu*, toda uma série de indicadores espaço-temporais indispensáveis para a configuração da situação comunicativa com base em si mesmo.

É já um truísmo afirmar que a dicotomia sistema e uso, cunhada por Saussure (1977) não abrigava adequadamente o uso. Dentro dessa perspectiva, mas de certo modo, ultrapassando-a para projetar a situação de discurso, Benveniste (1976) ressalta a remissão do

sujeito à situação a dimensão referencial, em suma a todos os fatores pelos quais a linguagem se faz mediadora entre o homem e outro homem e entre o homem e o mundo.

A introdução do conceito de dêixis pessoal comprometeu a própria distinção língua e fala, especialmente porque sua definição implica necessariamente a projeção a uma situação real de comunicação. Enquanto a noção de signo de Saussure lembra claramente uma relação interna, no interior de um sistema de interdependências que a define, as instâncias do emprego de *eu* não constituem como a de outros signos uma classe de referência, uma vez que não há nenhum objeto definível como *eu* ao qual se possam remeter identicamente essas instâncias. Contrariamente aos nomes, cuja ocorrência se refere sempre a uma noção constante e apta a permanecer virtual, ou a se atualizar num objeto singular, os pronomes pessoais do tipo dialógico não constituem nem implicam uma classe de referência, por não haver objeto definível como *eu* ao qual possam remeter identicamente todas as suas ocorrências (BENVENISTE, 1976).

Tal como desenvolvida até aqui, a discussão da noção de dêixis resvalou apenas em sua dimensão gramatical, mas uma gramática que preveja instrumentos de relação entre a expressão verbal e a situação discursiva. Entretanto, pouco se aventou sobre ser o eixo dos participantes do discurso o centro irradiador de identificação social dos indivíduos envolvidos na interação, ou seja, do estatuto social do dêitico pessoal dialógico.

Pode-se acrescentar, sobre isso, que cada indivíduo que se apropria da linguagem para convertê-la em discurso, e que se enuncia *ego*, apresenta-se a *alter*, seu destinatário, numa escala relativa de status social determinado por atributos tipicamente sociais como gênero, idade, nível de escolaridade, ocupação etc. É desse complexo de variáveis que se configura o conteúdo social da dêixis.

Alguns mecanismos linguísticos parecem mostrar-se bastante apropriados, ou mais apropriados que outros, para elucidar a questão do enfoque do ato de enunciação e, por isso, mesmo têm sido explorados, desde a década de 1960, por teorias do discurso. Um desses mecanismos é a categoria da dêixis pessoal dialógica. E, com efeito, não é possível explicar satisfatoriamente a referência e os traços significativos do sistema pronominal sem apelo a categorias pragmáticas, como os interlocutores e a situação específica de interação.

No sistema de referência pessoal, incluem-se as formas de que dispõem a língua para a expressão de certas atitudes sociais e psicológicas que o falante assume diante de um interlocutor. Além de pronomes, esse conjunto abrange outras categorias, como flexão verbal, formas de vocativo e traços lexicais e morfossintáticos de registro, conforme o grau de formalidade das circunstâncias de interação verbal. É por isso que a seleção de formas

peçoais de referência ao interlocutor perfaz dupla função dêitica, a tipicamente interlocutiva de que vem tratando a Análise do Discurso e outra, tipicamente social, mais afeita a abordagem de natureza sociolinguística.

Ao desenvolver suas relações de produção, cada formação social desenvolve paralelamente padrões ideológicos de natureza normativa, que regem as expectativas mútuas das partes envolvidas no processo de interação. Estreitamente vinculada a tais padrões, está a identidade dos participantes, representada pela posição que cada qual ocupa no interior da estrutura social. Por conseguinte, é da perspectiva do indivíduo que se enuncia *eu* e que, por isso mesmo, se apropria do discurso na instância em que o formula, que é possível estabelecer o estatuto social da referência ao interlocutor: da consciência de si mesmo, da posição que ocupa na estrutura da formação social e de que deriva sua própria identidade em relação ao interlocutor.

Uma vez que o sistema normativo, regulador, estabelece direitos e obrigações, é possível identificar duas categorias de relações sociais, diretamente relacionadas à seleção de formas de referência ao interlocutor: as relações são simétricas, se locutor e interlocutor compartilharem reciprocamente direitos e obrigações, e assimétricas, se, por exemplo, o locutor tiver somente obrigações e o interlocutor, somente direitos (GOFFMAN, 1956). Configura-se, nesse caso, uma relação de autoridade, ou poder legítimo, que um indivíduo detém em virtude de sua posição numa estrutura socialmente organizada e, por isso mesmo, convencionalmente aceita e compartilhada pelo conjunto dos indivíduos envolvidos nos padrões ideológicos que mantêm tal estrutura. A infração de uma regra conduz a uma sensação de constrangimento e a sanções sociais negativas; por isso é forte a motivação para integrar-se nos padrões normativos.

O mecanismo linguístico mais comumente empregado para expressar essa modalidade dêitica são as formas de tratamento para se dirigir ao interlocutor, representando-o no enunciado por formas como *tu/você* e *o(a) senhor(a)*. Prevalecendo uma relação assimétrica, o instrumento empregado para expressá-la linguisticamente consiste num padrão não recíproco, segundo o qual o indivíduo em posição inferior emprega *o(a) senhor(a)* e recebe em troca *tu* ou *você*, conforme a variedade linguística. Prevalecendo uma relação simétrica, o mecanismo linguístico conduz a um padrão recíproco mediante o emprego de *tu/você* e *o(a) senhor(a)*. A essa alternância de formas no padrão recíproco, correspondem duas outras dimensões semânticas referentes ao grau de formalidade das relações entre os interlocutores: a troca mútua de *você* ou *tu* configura uma relação de intimidade entre iguais, ao passo que a troca mútua de *o(a) senhor(a)*, uma relação de deferência entre iguais.

Um sistema de papéis

Tradicionalmente, o estudo de formas de tratamento no Brasil tem uma tendência inequívoca para a abordagem diacrônica, com base mais filológica que linguística, a que segue, geralmente, um tratamento mais impressionista que descritivo dos fenômenos observados (ALI, 1937; LUFT, 1957; NASCENTES, 1937, 1954-55). As fontes para a obtenção de dados são obras literárias. São raras as investigações escoradas em levantamento mediante questionário, entrevistas ou outras fontes escritas não literárias.

Head (1976) apresenta um trabalho muito expressivo sobre tratamento no português brasileiro. Os dados linguísticos compreendem as formas mais comuns de referência à segunda pessoa, como *você, tu, o(a) senhor(a)*, na função predominante de sujeito, levando ainda em consideração formas de dirigir-se a um ou mais interlocutores e também o emprego de formas oblíquas. A principal variável social analisada como fator condicionador são as relações de papel entre interlocutores de diferentes domínios, como a família, a escola, o trabalho. Os informantes selecionados provêm de quatro diferentes capitais do país: São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Salvador, e de uma cidade do interior do Estado de São Paulo.

Esse trabalho fornece um panorama sincrônico do sistema de referência ao interlocutor, demonstrando que, nas variedades examinadas, predomina um sistema binário simples: *o(a) senhor(a)* como forma deferencial; *tu* ou *você* como forma não deferencial ou íntima, com dois padrões especialmente frequentes: o recíproco e o não recíproco.

Brown & Gilman (1960) analisaram mudanças no emprego de formas de tratamento em línguas europeias, demonstrando que a “semântica do poder” deu espaço, no curso do tempo, à “semântica da solidariedade”. Entendem os autores que o emprego de formas de tratamento na idade média era baseado em relações de classe e poder, com um padrão não recíproco entre pessoas não iguais e troca mútua de forma deferencial entre iguais de classe alta e de forma não deferencial entre iguais de classe baixa. Esse padrão bidimensional evoluiu, nos tempos modernos, para uma estrutura unidimensional, em que a seleção de formas de tratamento passou a contemplar apenas critérios de formalidade: troca mútua de tratamento deferencial em situações formais e de tratamento não deferencial em situações informais.

Head (1976) questiona a generalidade das constatações de Brown e Gilman (1960), pois, para ele, a frequência do padrão recíproco não deferencial varia não somente de uma relação diádica para outra, mas está, sobretudo, na dependência da variedade linguística

considerada: o padrão recíproco é geralmente menos frequente nas comunidades socioculturalmente mais tradicionais, representadas por Salvador e interior do Estado de São Paulo.

É nesses dois trabalhos pioneiros que se assenta a base metodológica desta investigação. Fundamentalmente, a hipótese que pretendemos confirmar aqui é a existência de um sistema fortemente hierárquico nas normas que regem o emprego de formas de tratamento, já que o domínio de investigação é o exército cujas relações de papel são simuladas numa história em quadrinhos. Nesse caso, a ideia motivadora desta investigação é testar a hipótese de que o trabalho dos tradutores das tiras intituladas *Zé, o recruta biruta* têm plena consciência dessas diferenças sociais e, especialmente, das diferenças sociais em organizações fortemente hierárquicas, como o exército, o que deve refletir-se nas seleções de formas de tratamento na amostra.

A principal variável social analisada neste trabalho, como fator determinante para a referência à segunda pessoa é a relação de papel entre os interlocutores. Entende Fishman (1972) que as situações sociais devem ser consideradas dentro de seus domínios respectivos (família, educação, igreja, trabalho etc.) e ser caracterizadas por três traços: relações de papel, situação de interação e tópico da conversa. O efeito das relações de papel decorre das situações de interação em que esses três fatores são congruentes com o domínio. Pode-se mencionar como exemplo de congruência uma situação em que o domínio é o militar, as relações de papel envolvem sargento e recruta, um dos alojamentos é o local da interação e um assunto típico do domínio militar, como um treinamento físico, é o tópico da conversa.

No domínio aqui enfocado, a simulação do militar, está em jogo uma modalidade típica de organização social – o exército – fortemente representado por um rígido sistema de papéis. Por papel entende-se, à maneira de Davis (1961), o modo de o indivíduo desempenhar de fato as exigências de determinada posição. No caso do exército, aplica-se de modo evidente o postulado de que a solução organizacional predominante para seus membros exercerem convenientemente seus papéis, de acordo com a posição que ocupam, é a promulgação de leis e a imposição de regras de conduta.

A base que sustenta a organização militar como um sistema de papéis consiste num conjunto de medidas prescritivas e de modos de conduta que devem ser cumpridos e, reversivamente, inclui um conjunto de prescrições e modos de agir que precisam ser evitados. É justamente nesse sentido que certas posições são dotadas de autoridade, ou poder legítimo, reconhecido e aceito como adequado não somente pelo que o detém, mas também, e principalmente, pelos demais membros do sistema (KATZ; KAHN, 1976).

Como bem se nota, estrutura de autoridade e organização hierárquica são conceitos inseparáveis. Assim se caracteriza uma organização militar, cuja organização piramidal representa uma fusão de status e poder legítimo da base para o topo. A estrutura de autoridade daí resultante pode se postulada como um conjunto de relações diádicas de poder entre um indivíduo em posição superior e um grupo de subordinados. Cumpre acrescentar que além de inerentemente autoritário, o padrão recorrente é assimétrico: se a organização estipula que X tem autoridade sobre Y, segue-se que Y não tem autoridade sobre X; e também transitivo: cada nível sucessivo na hierarquia tem autoridade não somente sobre o escalão imediatamente inferior, mas também sobre todos os escalões inferiores.

Delimitação do fenômeno

A indicação mais evidente da modalidade duplamente dêitica aqui enfocada (dialógica e social) é o que as gramáticas tradicionais designam convencionalmente por “pronomes de tratamento”, tratando-os como uma subclasse dos “pronomes pessoais”.

Essa denominação é, no entanto, inadequada, por não conter, em sua formulação, o postulado de que “pronomes de tratamento” são também dotados de um conteúdo dêitico: eles remetem ao destinatário de modo similar ao pronome pessoal dialógico *tu*. Além disso, essa designação pressupõe que *tu* e seus oblíquos correspondentes são socioculturalmente neutros, tendo como traço único distintivo o conteúdo dêitico dialógico. Ao contrário, nas variedades em que a forma *tu* é usada, sua escolha indica, além do destinatário, uma relação de intimidade entre os interlocutores.

A prova mais evidente de que o falante não distingue entre pronomes pessoais e os de tratamento é o uso generalizado da forma *vocês* como referência a mais de uma pessoa, mesmo nas variedades em que é *tu* que remete à pessoa correspondente no singular. Além disso, é justamente *você*, um “pronome de tratamento”, que é empregada, na maior parte do país, como a única forma de remeter a um único destinatário.

Head (1976, p. 299) prefere denominá-los “nomes pronominalizados” em razão de seu emprego como dêiticos locucionais dialógicos em outras funções sintáticas não vocativas, como nas relações gramaticais de sujeito, complemento etc. A propriedade da designação decorre de contraírem concordância verbal com a 3ª pessoa, à moda dos nomes. O paradigma inclui ainda as formas *você(s)*, *o(s) senhor(es)*, *a(s) senhora(s)*.

A referência ao destinatário não se restringe ao uso dos dêiticos locucionais dialógicos (*tu*, *você*, *o senhor* etc.), mas também ao emprego de nomes e várias combinações de nomes e

títulos, especialmente na função de vocativo: títulos, nomes próprios, títulos + último nome, nomes comuns, nomes diminutivos (HEAD, 1976, p. 299; BROWN; FORD, 1964).

Este trabalho investiga o uso de nomes, títulos e suas combinações na função de vocativo e se circunscreve aos dêiticos locucionais dialógicos que se empregam unicamente na função de sujeito. Esta restrição se prende ao fato de que não há relação biunívoca entre as formas empregadas como sujeito e seus oblíquos correspondentes. Head (1976) aponta três padrões de correspondência, dos quais, em apenas um, a escolha do grau de formalidade, refletida nas formas subjetivas, corresponde à mesma relação entre os interlocutores na seleção das formas oblíquas. Se os oblíquos correspondentes forem os de 3ª pessoa (*o(s)*, *a(s)*, *lhe(s)*, *se*, *si*, *consigo*) ou os de 2ª (*te*, *ti*, *contigo*) não há paralelo na relação de (in)formalidade que reflita a seleção das formas *você(s)*, *o(s) senhor(es)*, *a(s) senhora(as)*.

Espera-se que, se forem assimétricas as relações, a forma de exprimi-las verbalmente se dá por uma troca não recíproca, em que um dos interlocutores emprega *o(s) senhor(es)* ou *a(s) senhora(s)* e recebe *você(s)* e vice-versa na função de sujeito; na de vocativo, espera-se que a expressão de uma relação assimétrica requeira uma troca não recíproca em que um dos interlocutores emprega título ou título + último nome e recebe diminutivo ou primeiro nome. Nesse caso, as formas de tratamento empregadas são o reflexo, no uso linguístico, de uma dimensão de autoridade ou poder.

Se, por outro lado, forem simétricas as relações, espera-se que os interlocutores, em situação familiar, empreguem *você(s)* na função de sujeito, e primeiro nome ou diminutivo, na de vocativo; em situação deferencial, espera-se uma troca recíproca de *o(s) senhor(es)*, *a(s) senhora(s)* em posição de sujeito, e título ou título + último nome em posição de vocativo.

O uso de dêiticos pessoais como formas de tratamento

A tabela 1 mostra os índices referentes ao tratamento em relações simétricas. O índice percentual se refere unicamente à frequência da forma *você*.

emissor	destinatário	você	o senhor	total	%
Recruta	Recruta	22	00	22	100
Sargento	Sargento	02	00	02	100

Tabela 1: Uso de dêiticos pessoais nas relações simétricas

Todos os casos envolvendo indivíduos na mesma relação de papel apontam para o uso da forma dêítica *você*. Isso permite concluir que prevalece uma relação de solidariedade entre

participantes iguais. Além disso, trata-se aqui de uma relação íntima ou familiar; caso contrário, o mais natural seria o uso da forma deferencial *o(a) senhor(a)*.

A tabela 2 mostra os índices relativos ao tratamento em relações assimétricas com o emissor na posição inferior, na primeira linha, e na posição superior, na segunda. Os índices percentuais na última coluna à direita são relativos apenas ao dêitico mais empregado: a forma *o senhor* para o destinatário na posição superior e a forma *você* para o destinatário está na posição inferior.

	você	o senhor	total	%
Emissor em posição inferior	14	68	82	83,0
Emissor em posição superior	32	03	35	91,0

Tabela 2: Uso de dêiticos pessoais nas relações assimétricas

Os resultados refletem nitidamente a estrutura da organização militar representada na história em quadrinhos. No conjunto de medidas prescritivas e normas de conduta a serem cumpridas, inclui-se a seleção da forma de tratamento que deve receber o indivíduo dotado de autoridade. Os resultados mostram que essas regras de conduta se cumprem quase exemplarmente, já em 83% (68/82) dos casos, seleciona-se a forma *o senhor* em respeito à posição hierarquicamente superior do destinatário. O uso da forma deferencial não é, todavia, absoluto, indicando o não cumprimento do padrão normativo.

Quando o interlocutor é um destinatário em posição inferior, a expectativa é o uso da forma *você*. Com exceção de 2 das 8 relações diádicas – tenente/sargento e capitão/sargento – é absoluta a frequência de emprego de *você* nas relações de papel recorrentes: 91,0% (32/35). Nesse aspecto, os dados da Tabela 2 revelam que o mecanismo linguístico usado para a posição social dos participantes, numa situação assimétrica, reflete claramente uma dimensão de autoridade e poder legítimo, conferido pela instituição militar e intuído na competência dos tradutores. Esse mecanismo se traduz numa troca não recíproca de *você/o senhor*, a primeira endereçada ao destinatário na posição inferior e a segunda, ao destinatário na posição de superior hierárquico.

A tabela 2 aponta, todavia, para outras duas situações de ruptura do padrão normativo prescrito pelo sistema rígido de papéis simulado na história em quadrinhos. De 17 situações de interação verbal entre recruta e sargento, a mais frequente da amostra, 35,0% (6/17) representam alguma violação do padrão normativo previsto. O que ocorre é que essas rupturas, que não contemplam as expectativas do destinatário, estão vinculadas a uma

incongruência do domínio (FISHMAN, 1972), no que concerne, especificamente, à relação de papel.

A posição de um indivíduo na escala social e, conseqüentemente, sua identidade numa situação específica de interação, decorre de todas as demais posições que ocupa nos demais domínios de atuação social. No domínio em foco, o militar, o indivíduo deveria executar um mínimo de obrigações; se não o faz de todo ou se fracassa completamente, desempenha apenas formalmente, mas não verdadeiramente a função designada pelo papel social (DAVIS, 1964, P. 114).

Os indivíduos envolvidos, atuando no papel de recruta, são Zé, a personagem central, e Roque, um tipo rebelde, que, fora da caserna, participa de uma gang de jovens, do tipo “Hell’s Angels”, comum na década de 1950. Nesse caso, Roque transfere, para a estrutura social do exército, os direitos inerentes à posição que ocupa numa organização social externa. Essa transferência de papéis torna difícil o enquadramento de Roque numa organização rigidamente hierárquica e autoritária como a do exército.

Um indício dessa outra relação de papel são seus cabelos, em geral, mais compridos do que exige o domínio militar. Esse caso único se compara, em singularidade, apenas a outro soldado cujo corte de cabelo parece totalmente inadequado às medidas prescritivas da ordem militar: uma personagem que encarna o tipo privilegiado de alto estrato social, que usa o tráfico de influências, através de um tio senador, para obter apenas encargos leves no quartel, como o de motorista particular do general. A similaridade com Roque para aqui, já que o estrato social deste é outro e o principal indício desse traço de marginalidade é seu registro linguístico carregado de gírias:

(1) Olha, meu, vê se larga do meu pé, porque você me chateia (Revista n. 17, p. 18)

Os outros quatro casos de ruptura concernem aos participantes Zé, no papel de recruta, e Sargento Snorkel, no papel de sargento. Esses casos se justificam no relacionamento social que os dois contraem. O traço mais marcante da personagem central, que, inclusive, dá nome à revista, é a de um tipo folgado, que se materializa na fuga constante aos encargos de papel, que faz dele um *outsider* no domínio militar. Como toda organização hierárquica dispõe de mecanismos para assegurar seu funcionamento, sua estrutura inclui líderes ou supervisores com a clara função de observar se, para o mesmo conjunto de papéis, o desempenho das tarefas se conforma aos requisitos estabelecidos. Caso não se conforme, aplicam-se

mecanismos corretivos para obrigar os participantes a mudarem de comportamento e aderirem ao cumprimento das normas. É pela influência do supervisor nos subordinados, de um modo legitimado, isto é, do fato de ter o supervisor poder legítimo em decorrência de seu papel, que se fazem cumprir as exigências da organização (KATZ; KAHN, 1976).

No papel de supervisor está o Sargento Snorkel e no de subordinado o recruta Zé. Nesse caso, o relacionamento especial entre eles é decorrente da perseguição incansável e persistente a que o sargento submete o recruta. Desse processo acaba por resultar certo grau de intimidade entre eles, pelo fato mesmo de estarem, inclusive, muito frequentemente em interação. A intimidade é flagrada por situações de folga coincidentes, passadas, não raramente, na casa do recruta. E quanto mais intensiva é a ação corretiva que o supervisor exerce sobre o subordinado, impingindo-lhe os encargos mais pesados, tanto mais negligente é a conduta do recruta.

Entre as relações diádicas de papel Cozinheiro/Sargento, 78,0% (7/9) são casos de ruptura da estrutura hierárquica. Há indícios claros da posição superior do sargento Snorkel em relação ao Cozinheiro, por situações de interação em que o primeiro inspeciona a área da cozinha com críticas ao estado geral.

Há, no entanto, nessa relação diádica, um evidente conflito entre a personalidade do indivíduo e a posição que ocupa. Snorkel é um tipo obeso e glutão. Seu próprio nome, que poderia ser traduzido por *caniço*, é um indício, num tom irônico, dessa característica. Em decorrência disso, vive constantemente em dependência fisiológica do cozinheiro, a quem pede sempre mais alimento do que prevê a cota, especialmente quando a sobremesa do dia o atrai. A autoridade do sargento se torna, então, neutralizada e o polo do poder passa ao Cozinheiro, ainda que não legítimo, como o que desfruta a posição de sargento e, por isso mesmo, estranho à organização hierárquica que a ambos se sobrepõe.

Pode-se afirmar que um indivíduo tem poder sobre outro na medida em que é capaz de controlar o seu comportamento e a relação de poder é assimétrica já que dois indivíduos não podem compartilhá-lo na mesma área de comportamento (BROWN; GILMAN, 1960, p. 255). A restrição à área explica o desvio das normas gerais, no sentido de que seu detentor muda de papel no que concerne à relação sargento/cozinheiro e é a situação de interação que varia em relação à área de comportamento. É legítimo nas situações em que o sargento é o seu detentor, ocupando, portanto, a posição que lhe cabe na organização hierárquica. É não legítimo nas situações em que é o cozinheiro o seu detentor e os participantes passam são indivíduos em situação normal de interação, e não detentores de papéis sociais designados pela estrutura militar.

Há apenas duas situações em que o sargento exerce seu papel de supervisor da cozinha. Numa delas, além de receber a forma *você* de tratamento do subordinado, é decepcionado com uma reação pouco amigável do cozinheiro:

- (2) Outra vez! Quem você pensa que é? O inspetor de bolinhos? (Revista n. 33, p. 70)

A atitude do sargento, no primeiro quadro, todavia, revela ter outras intenções subjacentes à de inspecionar a cozinha. Na outra situação, mostra-se de fato insatisfeito com o estado da cozinha e indica isso concretamente mostrando um gráfico afixado à parede em que a linha é claramente descendente. O tratamento do cozinheiro, nessa situação, é obviamente o deferencial assimétrico:

- (3) Bem, houve um dia em que o senhor gostou da comida. Vou repetir o mesmo prato. (Revista n. 33, p. 89)

Outro caso de ruptura envolve a relação diádica Sargento/Tenente, caso típico de inadequação entre indivíduo e papel, no que concerne ao cargo hierarquicamente superior. O indivíduo ocupante de tal posto, Tenente Fuzz, é representado como uma personagem emocionalmente imatura e, conseqüentemente, pouco preparada para ocupar um cargo de comando dentro das expectativas do domínio militar. Há vários indícios desse traço de caráter: situações em se acha no banho acompanhado de barquinhos e ursinhos de borracha; em uma das tiras, aparece mostrando seu carro, tipo jeep, comum no exército, especialmente nos anos 1950, com algumas alterações que o aproximam mais de um carrinho de pedais, comumente usado por crianças dessa mesma época; em mais de uma situação, reclama de ser sua mesa alguns centímetros menor que a do sargento Snorkel, com quem divide escritório para serviços administrativos. Enfim, é uma personagem representada mais como oficial de pose, de aparência, do que de fato, aspecto que é notável no uso do bastão típico de oficiais, que indicia também seu caráter instável e inseguro.

A título de ilustração, o exemplo (4) mostra uma situação de diálogo com o sargento Snorkel, em que o Tenente Fuzz se surpreende fazendo uma tarefa a mando do subordinado. Captando bem o comportamento *sui generis* dos dois envolvidos nessa relação diádica, o

tradutor refletiu verbalmente o sentimento linguístico da inconveniência do papel de Fuzz na hierarquia militar.

- (4) Sgt. Snorkel: -Ponha isto no correio!
Ten. Fuzz: - Sim, Senhor. Ei, espere um instante...
De volta ao escritório, observando que a cadeira do sargento está ligeiramente mais elevada que a sua:
Ten. Fuzz: - A cadeira está parafusada outra vez? (Revista n. 29, p. 67)

Em outra situação, o tenente é incapaz de manter o mesmo dêitico pessoal durante um curto diálogo com o sargento:

- (5) Desde quando o senhor é dono do sol? Quem é que pensa que você é afinal de contas? (Revista n. 33, p. 76)

Outro caso aparente de ruptura se refere a uma interação envolvendo, como participantes, o Sargento Snorkel e o Capitão. Essa situação se caracteriza pelo uso de tratamento deferencial *o senhor* emitido pelo indivíduo em posição superior. Apenas aparentemente essa situação pode ser creditada aos casos de ruptura. Com efeito, por um lado, em todas as situações de interação verbal em que essas duas personagens estão envolvidas com o emissor em posição inferior, é absoluto o uso do deferencial *o senhor*. Por outro lado, nesse caso específico, em que o capitão dirige ao sargento um dêitico deferencial na função de sujeito, o tratamento de retorno é ainda mais significativamente deferencial para a preservação, em nível linguístico, da estrutura de poder e autoridade: o vocativo *senhor*:

- (6) Cap: - Eu não sabia que o senhor fumava cachimbo.
Sgt ; - Eu comecei agora, Senhor. (Revista n. 36, p. 13)

Em resumo: os dados da tabela 2 permitiram analisar as relações diádicas de papel em que, na interação, varia a posição do locutor: ora hierarquicamente inferior, ora hierarquicamente superior conforme a estrutura hierárquica representado nas tiras da organização militar. Nesse domínio, o tratamento entre papéis assimétricos revela claramente a manutenção da organização no plano dos mecanismos linguísticos usados para a indicação da posição social dos participantes no processo de interação.

Vocativos como formas de tratamento

A tabela 3 mostra os índices percentuais das relações de papel em que os participantes ocupam a mesma posição na escala hierárquica. As duas formas de vocativos usadas são apenas Primeiro Nome (PN) e Diminutivo (DIM)

emissor	Destinatário	PN	DIM	total	%
Recruta	Recruta	25	00	25	100
Sargento	Sargento	00	01	01	100

Tabela 3: Uso de vocativo nas relações simétricas

Dos 25/26 casos detectados no cópuz referem-se ao uso de PN e um, ao uso de DIM, que reflete uma dimensão de intimidade e solidariedade entre iguais. Esses resultados reiteram os dados referentes ao uso dos dêiticos locucionais dialógicos, analisados na seção anterior. Com efeito, o emprego de pronomes pessoais em função de sujeito está em perfeita correspondência funcional com o emprego de vocativos em relação ao grau de formalidade da relação entre os participantes. É sintomático que todos os casos detectados de relações simétricas se referem a indivíduos situados duas posições mais baixas na organização hierárquica.

A tabela 4 mostra a distribuição do uso de vocativos nas relações assimétricas. As formas de vocativo encontradas são primeiro nome (PN), título (T) e Título+Último Nome (TUN). Os percentuais na última coluna representam o tratamento esperado, ou seja, PN para recrutas, T para sargentos e T e TUN para oficiais subalternos.

	PN	T	TUN	total	%
Emissor em posição inferior		55	03	58	100,0
Emissor em posição superior:					
Sargento e Oficial/recruta	62	--	--	--	100,0
Oficial/Sargento		17		17	100,0
Oficial/Oficial		04	06	10	100,0

Tabela 4: Uso de vocativos nas relações assimétricas

A primeira linha indica que o emissor ocupa uma posição hierarquicamente inferior, o que aparece claramente registrado na manifestação linguística pelo uso de título (T) e Título+Último Nome (TUN) como vocativos dirigidos ao destinatário. O percentual indicado

se refere à frequência de Título e de Título+Último Nome combinados; ainda que o uso de TUN indique um tratamento ainda mais deferencial que o uso de T apenas, a frequência foi extremamente baixa, ou seja, 5% do total (3/58).

Já a segunda linha da tabela 4 se refere ao tratamento assimétrico com o emissor na posição superior, cujos dados foram separados para relações diádicas entre Sargento ou Oficial como emissor e recruta como destinatário, Oficial como emissor e Sargento como destinatário e, finalmente, Oficial superior como emissor e Oficial subalterno como destinatário, como Capitão e Tenente, General e Capitão etc. As formas de vocativo encontradas são Primeiro Nome (PN), Título (T) e Título+Último Nome (TUN). Os percentuais na última coluna representam o tratamento esperado, ou seja, PN para recrutas, T para sargentos e T e TUN para oficiais subalternos, numa escala gradual do seguinte tipo: Sargento-Oficial/Recruta: PN > Oficial/Sargento: T > Oficial superior/Oficial subalterno: T e TUN. De um total de 89 casos de vocativos, a maioria deles é dirigida a recrutas, ou seja, 69,7% (62/89); 19,0% (17/89) de vocativos são dirigidos a sargentos e, finalmente, 11,3% (10/89) são dirigidos a um oficial subalterno.

É possível concluir que, quando as relações diádicas envolverem uma relação assimétrica de papéis, o uso de vocativos acaba por reiterar, no imaginário dos tradutores, a estrutura hierárquica de poder legitimado, evidenciada no emprego de dêiticos locucionais. Além disso, o uso do deferencial *o senhor*, na posição de sujeito, é correspondente ao emprego de Título ou Título+Último Nome na função de vocativo, sempre que a posição do destinatário ocupar uma posição hierarquicamente superior à do emissor; e a recíproca é verdadeira: para a posição mais baixa, reserva-se o uso de Primeiro Nome e para uma posição intermediária, como a de sargento, o uso de Título.

Usos especiais de formas de tratamento

Merecem comentários à parte, algumas situações de troca de dêiticos e de vocativos, que, pelo caráter inusitado, fogem do padrão normativo que se espera, mesmo de um simulacro do domínio militar, às vezes por interferência de outras normas de conduta externas à organização social que identifica as relações de papel.

Há uma interação numa situação de infração de trânsito, envolvendo indivíduos nos papéis de general de exército e guarda de trânsito, relações de papel de diferentes domínios sociais:

- (7) Guarda: - Muito bem, pare no acostamento. Você atravessou com sinal vermelho. (Revista n. 17, p. 53).

A relação é tipicamente assimétrica, mas é o policial que ocupa a posição superior. A despeito do status social elevado que o cargo proporciona ao general, o guarda é o detentor, nessa situação específica, de poder legítimo que o papel social lhe confere e, dessa forma, pode ignorar o status outorgado ao interlocutor, no papel mais de transgressor de uma regra de trânsito, do que de comandante supremo do exército.

Os casos restantes envolvem interlocutores atuando em seu próprio domínio social, mas o caráter *sui generis* das formas de tratamento requer uma discussão específica. Três situações envolvem participantes nos papéis sociais de recruta e de sargento. Na primeira, o recruta Quindim, munido com uma máquina fotográfica, dirige-se ao sargento Snorkel, em pose de foto ao lado do recruta Zé:

- (8) Quindim: - Vamos, quero uma foto bem natural. O senhor ainda não parece natural, sargento. Eu disse para parecer natural, seu bobo.
Sargento: - Bobo! (visivelmente irritado)
Quindim (batendo a foto satisfeito): - Isso. (Revista n. 33, p. 45)

Na primeira fala, o soldado confere ao destinatário um tratamento deferencial, seja mediante o uso do dêitico *o senhor* como sujeito, seja mediante o uso do título *sargento* como vocativo, que troca, na fala seguinte, pelo SN depreciativo *seu bobo*. A forma depreciativa, incompatível com as relações de papel envolvidas nessa situação, é apenas um recurso criativo do soldado para obter do sargento seu comportamento mais natural, quando investido de sua função supervisora, que lhe atribui poder e autoridade. O modo de obtê-lo se baseia justamente numa transgressão do padrão normativo, embora, diga-se de passagem, a situação, mais ou menos recreativa, não seja também congruente com o domínio militar.

Uma segunda situação, exemplificada em (9), envolve a participação do sargento Snorkel, do tenente Fuzz e do soldado Cosmo, representante do poder financeiro no quartel, que vende os mais diversos objetos, desde pincéis de barba a pôsteres de mulheres nuas.

- (9) Cosmos (dirigindo-se ao sargento): - Ei, gorducho, feche a porta!
Tenente Fuzz (dirigindo-se ao Sargento): - Você o deixa falar assim com você?
Sargento Snorkel: - Sim, senhor. E também o deixo me emprestar algum dinheiro. (Revista n. 36, p. 90)

Prevalece aqui um fator externo à organização social que influencia a forma depreciativa empregada pelo subordinado em remissão ao superior imediato. O texto enunciado pelo tenente evidencia uma tentativa de resgate das regras normativas, que o sargento ignora por depender financeiramente do recruta, similarmente à já mencionada dependência que tem do cozinheiro.

Na terceira situação, exemplificada em (10), agora é Roque que se dirige ao sargento, ante o olhar pasmo dos demais recrutas e a indiferença do destinatário:

- (10) Roque: - Um... dois... três...Hup... Vamos, seu gorducho balofo!! Outra vez que me puser de serviço no rancho, eu arranco as suas orelhas!
No quadrinho seguinte, é o capitão que se dirige ao sargento, que retira algodão dos ouvidos:
Capitão: - Como foi hoje o exercício de artilharia? (Revista n. 33, p. 45)

O uso do vocativo depreciativo e também o modo ameaçador de se dirigir ao superior só são possíveis numa situação em que o sargento é incapaz de ouvir o soldado; caso contrário, implicaria inevitavelmente numa medida corretiva. Trabalhar no rancho, que significa lavar pilhas e pilhas de panelas, pratos e talheres, costuma ser uma ação corretiva comumente empregada para ajustar os ocupantes da posição inferior aos requisitos das relações de papel. Para Roque, a situação representa claramente uma oportunidade de desabafar violando as regras de uma estrutura rigidamente estabelecida a que é incapaz de adaptar-se.

Outro caso que merece atenção especial, ilustrado em (11), envolve a relação diádica soldado e general, tendo a personagem central, Zé, no papel de recruta e o general Halftrack, comandante do quartel, numa interação telefônica.

- (11) Zé: - Não tem ninguém aqui...
General: - Não tem ninguém aqui... o que?
Zé: - Não tem ninguém aqui mesmo!
General: - Senhor! (Revista n. 29, p. 76)

O diálogo acima envolve as duas posições extremas da organização hierárquica: o único indivíduo que não tem supervisor, por ser o chefe da organização social, e o único que não tem subordinado. É por ter consciência desse fato que o general requer enfaticamente o uso do vocativo deferencial *senhor*, ainda que numa conversa telefônica, pois quem quer que seja seu interlocutor está necessariamente a ele subordinado. Por outro lado, é pelo próprio

fato de não haver nenhuma possibilidade de ser identificado, pelo menos no sistema telefônico dos anos 1950, que o recruta negligencia categoricamente a regra de conduta exigida pela corporação militar. O general procura manter a distância hierárquica com o uso do interrogativo *o que*. O recruta, por seu lado, emprega o anafórico *mesmo* para se referir enfaticamente a todo o enunciado por ele emitido (*não tem ninguém aqui*), negligenciando o apelo do general para a manutenção, em nível linguístico, da estrutura em que ocupam os dois extremos opostos.

Considerações finais

Todo sistema linguístico dispõe de mecanismos para indicar a posição social dos indivíduos envolvidos numa situação de interação social. Um desses mecanismos coincide com a sinalização dos participantes do processo de comunicação, de modo que os pronomes pessoais cumulam uma função dêitica e, ao mesmo tempo social.

Foi possível observar, ao longo da análise, no contexto pouco comum de constituir amostra, o de uma história em quadrinhos, que os tradutores mantiveram-se absolutamente consistentes com o uso geral do paradigma da dêixis social pela maioria dos usuários do português.

Com efeito, nas situações de relações simétricas, os interlocutores representados empregam a forma recíproca *ocê* como sujeito e Primeiro Nome como vocativo. Ao contrário, nas situações assimétricas, o tratamento mais comum é a troca não recíproca, em que o indivíduo na posição inferior usa *o senhor* e recebe *ocê* na função de sujeito; na função de vocativo, emprega Título ou Título+Último Nome ao superior e recebe em troca Primeiro Nome.

Os casos de violação do padrão normativo convencional mantêm alto grau de consistência dos tradutores, que procuram representar, nas formas selecionadas, alguma alteração significativa de algum fator envolvido no domínio social em que se configura a identidade social dos participantes e a mudança se refere, na grande maioria dos casos, às relações de papel. Nesses casos, o poder deixa de ser legitimado pela organização hierárquica, simulada na história em quadrinhos, para situar-se em outro domínio qualquer de dependência individual.

Esse sincronismo entre uso linguístico e relações sociais, que os dados revelam, deve-se, é preciso lembrar, à competência não de um único falante do português, mas a de um pequeno grupo, o corpo de tradutores da revista analisada, que, indiretamente, serviram a esta causa como verdadeiros informantes.

Obter tais informantes por meios indiretos é uma questão metodológica, que envolve tempo de pesquisa e oportunidade. Não se descarta, todavia, a necessidade de proceder a uma investigação empírica *in loco*, não apenas em instituições como o exército e seus similares no domínio militar, mas também em instituições pertencentes ao domínio religioso, ao comercial, ao industrial etc. que exigem a atenção de qualquer pesquisador interessado em esclarecer a natureza dos mecanismos linguísticos que interagem diretamente com identidade social dos membros de uma comunidade.

Referências

BENVENISTE, È. *Problemas de linguística geral*. Tradução de M. de G. Novak e L. Levi; revisão de I. N. Salum. São Paulo: Editora Nacional/EDUSP, 1976.

BROWN, R.; FORD, M. Address in American English. In: HYMES, D. (ed.) *Language in culture and society*. New York: Harper e Row, 1964, p. 234-244.

BROWN, R; GILMAN, A. The pronouns of power and solidarity. In: SEBEEK, T. (ed.), *Style in Language*. Cambridge: MIT Press, 1960, p. 253-276.

DAVIS, K. *A sociedade humana*. São Paulo: Fundo de Cultura, 1964.

FISHMAN, J. A. *Biligualism in the barrio*. Bloomington, Indiana: Indiana University Press, 1971.

GOFFMAN, E. The nature of deference and demeanor. *American Anthropologist*, n. 58, 1956, p. 473-502

HOWELL, R.W. Linguistic status markers in Korean. *The Kroeber Anthropological Society Papers*, n. 33, p. 91-97, 1965.

HEAD, B.F. Social factors in the use of pronouns for the addressee in Brazilian Portuguese. In: SCHMIDT-RADEFELT, J. (ed), *Readings in Portuguese Linguistic*. Amsterdam: North-Holland Publishing Company, 1976, p. 289-348.

KATZ, D; KAHN, R. L. *Psicologia social das organizações*. São Paulo: Atlas, 1976.

LUFT, C.P. Tratamento depreciativo. *Revista de filologia*, V. III, p. 193-207, 1957.

NASCENTES, A. O tratamento de senhor no Brasil. *A língua portuguesa*. V. XI, p. 272-88, 1937

___ O tratamento de você no Brasil. *Boletín de Filología*, v. VIII, p. 307, 14, 1954-1955.

SAID ALI, M. Do 'eu' e 'tu' a 'majestade': tratamentos de familiaridade e reverência. *Revista de Cultura*, n. 129-31, p. 272-88, 1937.

SAUSSURE, F. de. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix, 1977.

Artigo recebido em: 01/08/2015

Artigo aceito em: 24/09/2015

Artigo publicado em: 01/12/2015